

NOTÍCIAS AFRICANAS 61

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL • 27-5 A 2-6 DE 1994

ANGOLA

Relatório do birô político do MPLA causa polémica

O birô político do MPLA apresentou detalhado relatório para ser discutido na sétima reunião do Comitê Central do partido, que se realizou recentemente em Luanda. Além da análise do processo de negociação que se desenvolve em Lusaca entre o governo e a Unita, o documento analisa com dureza alguns aspectos da vida política angolana, em especial a corrupção no seio das Forças Armadas de Angola.

Segundo o relatório, a recusa da Unita às ofertas do governo indica que os rebeldes exploram a possibilidade de continuação da guerra, já que Luanda tem mais a perder do que o movimento liderado por Jonas Savimbi, pois o governo arca com as consequências sociais e económicas da continuação do conflito e sofre um desgaste internacional maior.

Acrescenta o documento que "estes aspectos são ainda agravados pelo fato de não se combater de forma séria, continuada e transparente o fenómeno da corrupção, continuando a verificar-se uma ostentação vergonhosa por parte de pequenos setores da população, que vivem à custa da miséria da maioria do povo".

Para reforçar a capacidade de negociação do governo, o birô político recomenda uma série de medidas:

a) reforço da autoridade das instituições, com respeito às competências, autonomia, assim como também à sua interdependência;

b) combate urgente e sério à corrupção e aos desvios de bens públicos, especialmente no que se refere às instituições militares [Existem acusações de importação fraudulenta de material militar por empresas importadoras dirigidas por generais.];

c) melhoria substancial e urgente na organização e disciplina das Forças Armadas e da Polícia Nacional;

d) incrementar o diálogo e a negociação com os partidos políticos, especialmente os que têm representação parlamentar, de modo a associá-los ao exercício do poder político e económico;

e) no plano externo, demonstrar que o governo tem capacidade militar para sustar as investidas da Unita e defender as populações;

g) mostrar que o governo, além de legítimo, tem credibilidade para levar a cabo as reformas económicas e incrementar a iniciativa privada, de modo a extinguir a imagem comunista que o governo e o MPLA continuam a ter, em particular nos Estados Unidos.

O birô político acredita que as concessões do governo devem ser

entendidas, tanto pela Unita quanto pela comunidade internacional, como prova da flexibilidade e da vontade de alcançar a paz, e não como prova de fraqueza. Para isso, torna-se urgente melhorar a capacidade diplomática, informativa e militar do governo.

Tal relatório causou, como era de se esperar, grande impacto no Comitê Central do MPLA, transbordando para o meio político e militar angolano. Segundo o jornal *Expresso* de 4 de junho, as críticas dos *duros* do MPLA além de atingir a escalada de corrupção, que chega aos mais altos escalões, deixaram transparecer uma falta de confiança política na equipe negociadora do governo, acusada de "excesso de condescendência para como o inimigo".

O presidente José Eduardo dos Santos teve a sensibilidade de colocar, de imediato, à disposição do plenário, a substituição dos atuais negociadores. A surpresa da proposta surtiu efeito. Os negociadores permaneceram e o presidente Dos Santos saiu da reunião com suficiente capacidade de manobra para fazer as cessões necessária para que se estabeleça a paz em Angola, sem abdicar, porém, dos "princípios inegociáveis". As denúncias, porém, permanecem à espera de medidas condizentes.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEEA)

NESTA EDIÇÃO

- Santos pede ajuda a Soares 2
- Bricomil processa Aramaco 2
- A festa acabou, as desigualdades continuam 3
- De Klerk teve dúvidas 3
- A política de Pretória 4

- Admite-se uma intervenção da África do Sul 4
- Surpresas de Mandela 6
- Buthelezi defende reconciliação 7
- 'A História sempre nos separou' 9
- O fim do dinossauro Banda 10

- A colonização, a descolonização e as independências 11
- PAIGC joga na maioria absoluta 12
- Mandela pensa na reforma 12
- Já cheira a eleições 13
- A paz continua longe 14

Santos pede ajuda a Soares

PÚBLICO, 12.5.94

O PRESIDENTE angolano José Eduardo dos Santos pediu ao seu homólogo português, Mário Soares, ajuda para conhecer os projectos do líder da UNITA, Jonas Savimbi, para acabar com a guerra civil.

Eduardo dos Santos e Mário Soares encontraram-se terça-feira, em Pretória, por ocasião da cerimónia de investidura de Nelson Mandela como Presidente da nova África do Sul.

"Pedi-lhe se podia sacar do doutor Savimbi o que este pretende para que acabe a guerra em Angola", explicou o Presidente angolano em declarações aos jornalistas aquando da inauguração, ontem, em Pretória, da nova embaixada de Angola na África do Sul.

Sublinhando que o pedido é idêntico ao que uma vez formulou ao falecido Presidente da Costa do Marfim, Houphouët Boigny, o chefe de Estado angolano acrescen-

tou ter pedido ainda ao Presidente português que aconselhasse Savimbi a acelerar o processo de negociações de Lusaka — a capital da Zâmbia, onde o Governo e da UNITA discutem, desde o dia 15 de Novembro, o fim da guerra.

"Encontrei-o muito maduro, muito consciente da situação e muito disposto a caminhar no sentido de um cessar-fogo", afirmou, por sua vez, Mário Soares, na Cidade do Cabo.

"O Presidente Eduardo dos Santos pediu-me para eu falar com Savimbi", confirmou Mário Soares. "Não vou interceder", acrescentou, explicando que não é fácil falar com Savimbi, com quem não tem telefone directo, e que é este que às vezes lhe telefona.

A possibilidade de as profundas modificações políticas operadas na África do Sul terem uma influência benéfica no processo de paz em Angola

não é vista entretanto da mesma maneira por Eduardo dos Santos e Mário Soares, mais optimista este que aquele.

"A África do Sul tem ainda muitos problemas internos por resolver e, num futuro próximo, não terá tempo para ajudar a resolver os problemas dos países vizinhos", afirmou, céptico, Eduardo dos Santos.

"Quando, há cerca de um ano, recebemos uma delegação do ANC em Luanda, afirmámos que a melhor maneira que o povo sul-africano tinha de ajudar Angola seria realizar eleições democráticas e ser o ANC a vencê-las, tal como o MPLA em Angola e a Swapo na Namíbia, porque só desse modo terá sentido todo o esforço que fizemos durante a luta de libertação", acrescentou.

"Temos a percepção perfeita de que a África do Sul é um país-chave para resolver os problemas da África e da

região", disse, optimista, Mário Soares. "A primeira mensagem que passei ontem ao Presidente Mandela foi clara: vocês têm de ajudar a paz em Angola e a que o processo democrático em Moçambique corra bem".

Soares explicou que, durante a breve troca de impressões que teve com Mandela, após os cumprimentos protocolares, lhe disse: "E agora, senhor Presidente, pense em Angola, pense em toda a África Austral". Estas palavras tiveram a concordância do líder negro.

Durante o mesmo encontro com os jornalistas, na Cidade do Cabo, o Presidente português revelou, por outro lado, que todos os chefes de Estado dos 12 países de língua portuguesa, incluindo o Presidente José Eduardo dos Santos, vão estar presentes na cimeira de Lisboa, encontro agendado para os dias 27 e 28 de Junho. ■

Bricomil processa Aramaco

EXPRESSO, 14.5.94

A BRICOMIL vai mover uma acção judicial contra a empresa portuguesa Aramaco, alegando incumprimento de um contrato de empreitada tipo «chave na mão» para a construção de 100 moradias, pagas na totalidade antecipadamente, num valor de 4 milhões e 660 mil dólares.

O número de residências prefabricadas a ser construídas na província do Bié viria a duplicar, depois de a firma Sociria-Materiais e Obras — uma empresa portuguesa contratada para erguer o mesmo número de residências no Huambo — ter cedido, em 10 de Agosto do ano passado, por mútuo acordo com a Bricomil e a Sacilda, representantes do Estado angolano, a sua posição. Pela adjudicação deste novo contrato, a Aramaco recebeu antecipadamente 15 por cento do valor global da obra, estimado em 4 milhões e 900 mil dólares.

A participação judicial, que deu entrada na Polícia Judiciária portuguesa a três de Março, é movida contra Ildio Ribeiro, presidente do conselho de administração da Aramaco, acusado de «burla agravada», por, segundo o advogado da firma angolana, Faria de Bastos, «ter convencido esta de que embarcaria os componentes necessários e suficientes para a montagem de 200 casas prefabricadas, em Angola, para afinal deixar de o fazer e se locupletar com os pagamentos antecipados».

O ajustamento destes pagamentos — firmado ao abrigo de «uma con-

venção relativa a créditos à exportação de bens e serviços de origem portuguesa para Angola», celebrada em Lisboa em Abril de 1991 e que deveria ser automaticamente realizada pelo BNU (contra a apresentação de facturas e de boletins de embarque de mercadorias) — decorreu de «uma proposta de alteração das condições de pagamento de modo a que os meios financeiros a libertar pelo primeiro contrato no Bié fossem utilizados para financiar a produção em estaleiro dos materiais prefabricados destinados ao contrato do Huambo».

Uma vez visadas as facturas correspondentes à montagem e ao acabamento das 100 unidades de habitação unifamiliar pela Bricomil, esta não só teve que se confrontar com «a mais completa desorganização no envio dos contentores, não acompanhados da facturação, o que inviabilizava o seu desalfandegamento», como acabaria por concluir que na data prevista para «estarem em Angola os componentes necessários para a construção de 200 residências, não havia no país materiais suficientes para a construção de uma única casa...», conforme reconheceu a própria Aramaco em reunião a 24 de Setembro de 1992.

Segundo uma fonte do gabinete do primeiro-ministro, em matéria de prestações cumpridas pelas duas partes, «tudo o que existe em Angola, após o pagamento completo de um contrato de empreitada e 15 por cento de outro, totalizando cerca de 5 milhões

e 500 mil dólares, são alguns contentores. A maior parte sem frete pago, de cuja sorte a Aramaco se alheou por completo».

Entretanto, perante a exigência da Bricomil de proceder à «inspecção dos componentes» das casas no acto de embarque e de o BNU concordar com o pagamento dos 35 por cento das letras em falta apenas depois de visadas pela parte angolana as facturas relativas ao embarque, o advogado da Bricomil, ao intentar a sua acção junto da PJ portuguesa, considera que a Aramaco, ao não permitir «sujeitar-se tanto à inspecção como ao visamento das facturas», bloqueou as portas franqueadas pela empresa angolana.

Idêntica participação criminal foi também feita em Luanda junto da Direcção Nacional de Investigação Criminal (DNIC), estando a parte angolana a encarar a hipótese de «alargar a instrução ao crime de associação de malfatores dadas as situações em que há notícias de [a Aramaco] estar envolvida em Portugal». Na esteira desta acção, que poderá vir a culminar com o eventual arresto de bens, a firma angolana dispõe-se «a requerer, para além de caução carcerária, caso seja admitida uma caução ao arguido Ildio Ribeiro, uma caução económica decorrente de um enriquecimento ilegítimo no valor correspondente à diferença entre o valor que recebeu em dinheiro e o valor dos componentes que efectivamente embarcou».

A festa acabou, as desigualdades continuam

Jorge Heitor

Agora que terminaram os festejos da transição da África do Sul para uma democracia multirracial, surge em toda a sua triste realidade a imagem de um país profundamente dividido entre ricos e pobres, entre brancos e negros, entre uma sociedade industrializada e um Terceiro Mundo sem emprego nem instrução.

O Presidente e a maioria dos ministros da África do Sul são agora negros, mas a maior parte das terras e dos bens do país continua — e continuará, decerto, por mais alguns anos — em poder dos brancos. São, aparentemente, as contradições de um processo em que é muito mais fácil realizar as reformas políticas do que as económicas; muito mais fácil substituir a fachada do que alterar radicalmente as infra-estruturas.

PÚBLICO, 13.5.94

Conforme se pode verificar nos gráficos acima, os 30 milhões de negros sul-africanos têm uma menor esperança de vida, menos trabalho e muito menos riqueza do que os cinco milhões dos seus compatriotas brancos, que, ao longo dos últimos três séculos, se apossaram da maior parte das terras aráveis do país e não vão facilmente largar mão dela.

Muitas vezes, os negros foram afastados das suas casas e terras para dar lugar a urbanizações ou a explorações agrícolas de brancos. Essas situações não vão poder ser corrigidas em meia dúzia de meses e ainda irão porventura fazer correr algum sangue.

A maioria negra da população sul-africana já tem direito a votar em igualdade de

circunstâncias com os brancos, os mestiços e os indianos, mas isso não lhe dá de imediato uma casa condigna, um emprego e uma instrução. Continuarão a coexistir neste vasto país cidadãos que vivem tão bem como os norte-americanos ou os europeus ricos e outros que vivem quase tão mal quanto muitos naturais do Zimbábue, da Zâmbia ou do Quênia.

Milhões de randes

O ANC calcula que vai precisar de uns 40 mil milhões de randes (dois mil milhões de contos) para corrigir, ao longo dos próximos anos, as maiores assimetrias existentes. Mas o Partido Nacional crê que tal Progra-

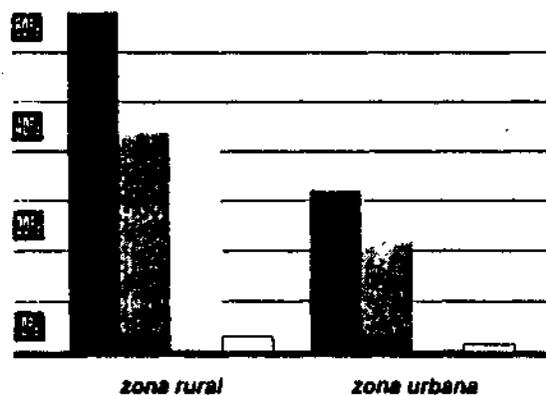
ma de Reconstrução e Desenvolvimento não ficará em menos de 600 mil milhões, dizendo os economistas independentes que essa não é tarefa que se possa concluir antes do ano 2000.

Para já, nestes dois ou três anos mais próximos, o grosso da população negra da África do Sul vai ficar praticamente analfabeta, a viver em casas sem esgotos nem canalização, aos cinco e seis por quarto, dependentes de algum dos membros da família que tenha a sorte de arranjar trabalho ou que se desembaraça por meio dos "esquemas", tão comuns em terra africana.

Nelson Mandela e o ANC prometeram aos seus compatriotas desprotegidos que vão ter emprego, casa em condições e assistência médica gratuita, bem como uma educação decente. Agora, porém, terão de lhes explicar muito bem que isto tudo não será já para amanhã e que Roma e Pavia não se fizeram num dia.

Os que vivem nos numerosos Sowetos, os homens de negócios, os radicais brancos e talvez até mesmo o Inkatha vão deixar Mandela respirar um pouco os ares da vitória, até que, daqui a al-

PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO POBRE EM 1989



Fonte: Nelson Mandela e o ANC, 1989

Continua na pág. 4

Chester Crocker no Porto

De Klerk teve dúvidas

PÚBLICO, 13.5.94

NUMA DAS inúmeras e complexas rondas negociais no início do processo democrático na África do Sul, o então Presidente Frederik de Klerk sentiu uma inesperada necessidade de saber como estava a ser avaliado o seu trabalho. Informalmente, voltou-se para Chester Crocker, ex-secretário de Estado-adjunto norte-americano para os Assuntos Africanos, e perguntou-lhe: "Sr. Crocker, que tal estou eu a actuar?" Mas Crocker, um dos obreiros da pacificação, não lhe deu a resposta que esperava. Disse-lhe apenas, numa elegante advertência: "Sr. Presidente, não volte a fazer essa pergunta a um funcionário americano. O sr. tem o destino do seu país nas mãos."

Esta pequena fraqueza de De Klerk foi revelada ante-

tem, no Porto, pelo próprio Chester Crocker, perante uma plateia repleta de gente interessada no processo político em curso na África Austral: o cônsul de Angola no Porto, responsáveis da UNITA como Adalberto da Costa Júnior e Fátima Roque, membros da comunidade moçambicana, observadores portugueses como Jaime Nogueira Pinto e o general Lemos Ferreira. E Paulo Portas, que moderou o debate que se seguiu à intervenção do antigo secretário de Estado-adjunto da Administração Reagan.

Ao longo das duas horas que durou a conferência — organizada pela associação cívica Fórum Portucalense —, Chester Crocker mostrou-se fascinado com o processo democrático na África do Sul, e até razoavelmente opti-

mista quanto aos efeitos pedagógicos desta mudança em países onde a pacificação se tem revelado extremamente difícil, como são os casos de Angola e Moçambique. Todavia, a sua experiência diz-lhe que, em África, um modelo bem sucedido num país pode falhar noutra. "A democracia é o caminho, mas é preciso uma receita africana para cada um dos países de África", sustentou, nomeando os exemplos bem sucedidos do Botswana, da Namíbia e do Benim.

O reverso da medalha torna o cenário bem mais obscuro, mas Chester Crocker não partilha da visão da imprensa norte-americana, que tende a encarar África como um "continente de Ruandas". O que é necessário, sublinhou, é que as "forças da mudança" derrotem os "cães da

guerra", que os líderes se convençam de que um processo de democratização implica, por vezes, ficar na oposição; que a vitória eleitoral de um partido não tem necessariamente que implicar a submissão das outras etnias; que a corrupção não leva a lado nenhum. É essencialmente, em muitos casos, apenas um problema de mentalidade dos líderes políticos africanos. "Neste aspecto, o processo de transição na África do Sul está cheio de lições muito importantes", expressou.

Angola dominou uma grande parte das suas declarações. Mas sem grandes novidades: "As eleições não foram bem preparadas, não foram precedidas de condições de segurança e de paz nem entendidas pelos partidos." Sobre o futuro das conversações entre Luanda e Savimbi, pareceu céptico: "Há qualquer coisa que falta em Luanda, um ingrediente, talvez o 'timing' não esteja certo."

Fernando Marques

Admite-se uma intervenção da África do Sul

OS MEMBROS do Conselho de Segurança das Nações Unidas chegaram a um acordo na generalidade para autorizar o envio de 5.500 capacetes azuis para o Ruanda, mas não sabem ainda quantos soldados é que se poderá arranjar e onde é que hão-de ser colocados.

Entretanto, as Forças Sul-Africanas de Defesa, que têm agora mais de 100 mil homens, disseram que a sua eventual participação nas operações previstas para o Ruanda ou em

quaisquer outras depende de uma decisão exclusivamente política, a tomar pelo Governo de Unidade Nacional.

Os 15 membros do Conselho de Segurança, numa reunião efectuada de quinta-feira para ontem, aprovaram que 5.500 homens sejam enviados por fases, o mais depressa possível, no âmbito de uma "Missão das Nações Unidas para o Ruanda". Mas resta ainda determinar se estes capacetes azuis poderão recorrer à força

PÚBLICO, 14.5.94

para o desempenho das suas tarefas, como é que serão financiados e se irão impor um embargo de armas às partes em conflito naquele país do interior da África.

A Nigéria, o Gana e a Tanzânia já ofereceram tropas para o Ruanda, mas não se sabe quantas, receando-se que sejam poucas para um território onde de há um mês para cá já teriam morrido perto de 200 mil pessoas. Por isso é que muita gente já está a pensar na África do

Sul, onde o assunto foi debatido no início da semana entre o Presidente Mandela e o vice-presidente norte-americano, Al Gore.

Os sul-africanos têm 75 mil soldados provenientes da sua antiga Força de Defesa, 16 mil que vieram das fileiras do MK, ramo militar do ANC, 14 mil dos bantustões que Pretória considerava independentes e dois mil do Exército Popular de Libertação da Azânia (APLA), afecto ao PAC. ■

... e no norte de Angola

AS FORÇAS Armadas angolanas estão a proceder, desde quinta-feira, a intensos bombardeamentos contra a base aérea do Negage, ocupada pela UNITA, a partir da localidade de Camabatela, província do Kuanza Norte.

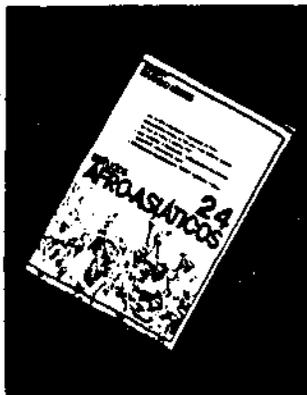
A posse de Negage tem sido de vital importância para o movimento de Savimbi, porque permite controlar os corredores aéreos entre o Zaire e as zo-

ESPRESSO, 14.5.94

nas da UNITA.

Face à tomada iminente da cidade do Uige pelas tropas governamentais, estas estão a intensificar os movimentos militares ofensivos em todo o Norte de Angola.

Estas operações, que culminaram na tomada da cidade de N'Dalatando, na semana passada, permitiram já a recuperação, pelas forças do Governo, das localidades de Lucala, Cacusso, Kapanda e Lombe, aliviando a pressão que a UNITA exercia sobre a cidade do Malange.



Continuação da pág. 3

A festa acabou, as desigualdades continuam

gum tempo — não se sabe bem se 10 meses ou se dois anos —, irá parecer que tudo se vira contra o velho senhor: onde estão as casas

que nos prometeram, onde estão as condições do relançamento económico, onde está o Volkstaat, onde está a autonomia constitucional do

reino zulu?

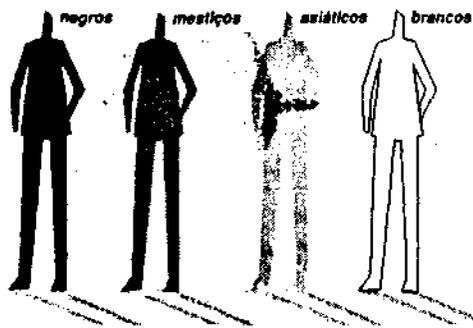
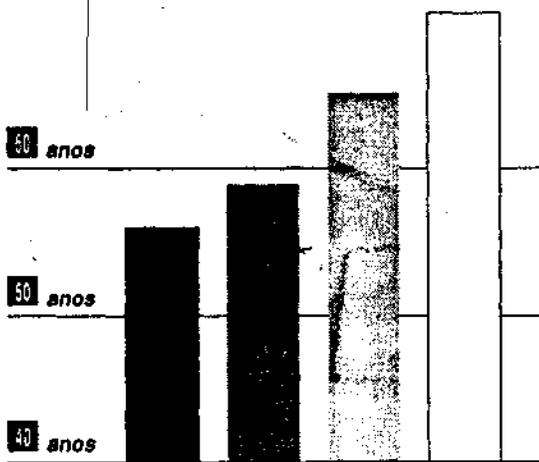
Por enquanto tudo são rosas e a África do Sul parece que viveu nas últimas semanas um conto de fadas, mas a lua-de-mel não irá durar sempre e poderá até transformar-se a médio prazo numa autêntica lua de fel, se os investimentos internacionais não choverem em catadupa e se o Governo de Unidade Nacional não conseguir toda a coesão necessária para os rentabilizar o mais possível.

Ontem, quinta-feira da espiga, festa religiosa da Ascensão, o comércio fechou e até nem houve grandes novidades no campo da política, depois de, na véspera, se ter concluído a formação do elenco governamental.

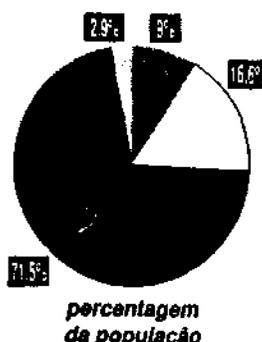
Um duro quotidiano

Hoje é já o regresso ao quotidiano, quotidiano que para muitos negros das zonas suburbanas significa levantar às cinco da manhã, apanhar um transporte colectivo e ir trabalhar a 20 quilómetros de casa. Para outros, os cerca de 40 por cento de desempregados que há na área de Joanesburgo, não vale a pena madrugar; basta ir mais tarde até ao centro da grande metrópole e tentar deitar a mão a alguma bolsa de quem estiver mais desprevenido. Ou फिर simplesmente a dar de beber à dor, até que o álcool provoque uns tiros, umas facadas; mesmo quando o Governo é de Unidade Nacional. ■

ESPERANÇA DE VIDA EM 1982



POPULAÇÕES E RENDIMENTOS EM 1991



Fonte: Monthly Mail (AFS); Financial Times

A política de Pretória

EXPRESSO, 14.5.94

ESTAMOS presentes, para utilizar uma frase famosa de uma outra transição histórica, na criação. Porque isto é assim, é necessário desenvolver um sentimento de ordem no mundo. Para isso, é necessário que se estabeleça uma relação directa entre uma adesão responsável à comunidade das nações e a estabilidade e o progresso global. O contrário também é verdade. Se os países quiserem desfrutar dos direitos de cidadania, precisam de actuar responsabilmente.

Os filósofos ensinam que o direito de cidadania advém de uma partilha de valores numa causa comum. Ao preparar-se para um novo século, cada país tem de desenvolver um conjunto de valores comuns que lhe dê segurança no âmbito de uma nova ordem mundial legítima.

Neste contexto, o teste à política externa sul-africana será feito de acordo com a qualidade da sua política interna. O meu Governo pretende que a África do Sul seja um símbolo para todo o mundo, onde cada um dos diversos povos que a habitam possa viver em paz.

A qualidade do Governo também se reflectirá na própria política externa. A África do Sul estará entre esses países cujos esforços são promover e incentivar os sistemas democráticos de governação. Isto é particularmente importante em África e as nossas preocupações irão concentrar-se na garantia de um espírito de tolerância e de governos legítimos em todo o continente.

Não pode haver um sistema para África e outro para o resto do mundo. Se houver uma única lição a retirar da história da África pós-colonialista, é de que um governo responsável perante quem o elegeram é um bom governo.

É um erro interpretar isto como pessimismo africano. A África do Sul não pode fugir ao seu destino continental; nem o pretende. Se não consagrarmos todas as nossas energias a África, acabaremos também por ser vítimas das forças que trouxeram a ruína aos seus cantos mais remotos.

Em defesa dos valores comuns

Durante décadas, as relações internacionais da África do Sul, tal como a sua política interna, foram marcadas pelas sanções resultantes do

«apartheid». Embora a guerra-fria tenha entrado no vocabulário nacional, a comunidade internacional acabou por reconhecer que o problema mais importante com que o país se defrontava não era o conflito Leste/Oeste, mas a luta pela dignidade humana e pela igualdade racial.

As pessoas do mundo inteiro contribuíram para pôr fim ao «apartheid» ao boicotarem e isolarem o regime sul-africano. O povo da África do Sul, por seu lado, ergueu-se em revolta e o movimento político travou uma luta pela libertação.

Nos finais dos anos 80, a África do Sul branca era, em todo o mundo, o país mais isolado e atravessado por conflitos.

Mas o povo sul-africano nunca esteve excluído da comunidade internacional. A contribuição do país para os valores comuns de uma nova ordem mundial virão desta experiência única de isolamento e do seu contrário, o acolhimento caloroso. O destino global da África do Sul liga-se à manutenção vigilante dos mesmos princípios que uniram o mundo contra o «apartheid», que conseguiram distinguir entre princípio e preconceito, que separaram a ética do oportunismo, a ingenuidade da incompetência.

Porque a comunidade mundial procura a estabilidade no meio da incerteza, a nossa própria experiência é uma indicação de que não iremos abdicar do compromisso que assumimos a favor do respeito dos direitos humanos na política internacional.

A mudança ocorrida em todo o mundo serviu, pelo menos, para salientar a importância deste problema. As tragédias que se sucedem, desde Sarajevo ao Ruanda, cujas imagens alimentam os «media» electrónicos mais influentes, reforçam a importância pelo respeito dos direitos humanos como forma de garantir o nosso futuro comum.

O direito à diferença

Ao mesmo tempo que os governos devem prestar toda a atenção aos altos ideais dos direitos humanos, devem também estar conscientes do realismo democrático que rodeia este assunto. A indiferença perante os direitos hu-

manos é a receita segura para a tragédia interna e internacional. As poderosas forças de divisão, que exercem a sua acção em toda a parte, são alimentadas pela negligência.

A redução das soberanias nacionais por acção de forças globais, desde o comércio às comunicações, foi acompanhada paradoxalmente pelo aumento dos meios destinados a dividir; o direito à diferença tornou-se tragicamente na luta pela diferença.

A desintegração violenta de Estados mostra os horrores a que podem estar sujeitos os países de África, bem como todos os outros que não estejam preparados para aceitar a diversidade como parte integrante da condição humana. Estes Estados falhados ficarão prisioneiros de maiores lutas intestinas, que irão enfraquecer, senão destruir, as capacidades dos seus povos. Ficarão cada vez mais atrasados em relação aos grandes progressos tecnológicos feitos nos outros países.

Muitos acreditam que este destino se irá abater sobre o meu próprio país. Estão redondamente enganados. Poucos povos na terra experimentaram a intolerância como os sul-africanos. Isso reforçou a nossa vigilância na defesa da democracia e da tolerância.

Mesmo nos tempos mais tenebrosos do «apartheid» e nos momentos mais trágicos da nossa agitada transição, sul-africanos de todas as cores e credos mostraram, com grande coragem pessoal, o seu respeito pela diferença.

Um objectivo central da política externa sul-africana, tal como da política interna, será promover instituições e forças que, atra-

vés da democracia procurem tornar o mundo mais seguro para a diversidade. É essa a nossa visão do século XXI.

Reformar a ONU

As Nações Unidas, libertadas do colete de forças da guerra-fria, tornaram-se no local mais válido para se começar a pensar nas lutas que possam vir a surgir no horizonte. A experiência sul-africana prova que a ONU tem um papel-chave a desempenhar no reforço da segurança, da ordem e da emancipação.

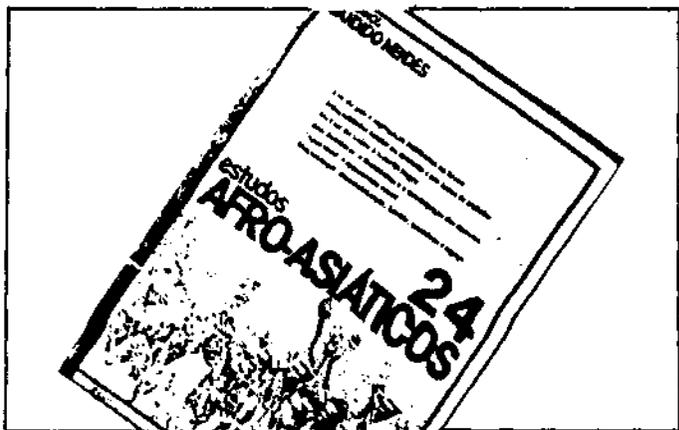
Contudo, para se ter êxito, deve-se prestar a maior atenção à reestruturação da organização. Se a ONU continuar a ser dominada por uma única potência ou grupo de potências, a sua legitimidade será posta em causa.

A democracia não deve ser apenas feita no interior de cada país, deve ser também uma prática entre todos os países.

Em conjunto com outras nações, a África do Sul irá estudar as várias propostas que forem apresentadas para o reforço das competências da Assembleia Geral. Mais uma vez, com os Estados que partilhem dos mesmos valores, pensamos que o Conselho de Segurança precisa de reflectir sobre toda a humanidade e não, como é presentemente o caso, apenas nos interesses sectoriais das potências que ajudaram a criar um sistema internacional que já deixou de existir.

(Extractos do livro
*The Post Cold War Order:
Views of the World's Political
Power Elite,*
a publicar brevemente)

Exclusivo EXPRESSO/
Los Angeles Times Syndicate
[Tradução de AIDA MACEDO]



Surpresas de Mandela

Passada a euforia da posse, o Presidente é acusado de populismo na escolha dos ministros

DAVID BERESFORD
correspondente
em Joanesburgo

NELSON Mandela foi coroado esta semana como ídolo político mundial. Mas o ídolo já começou a mostrar pés de barro ao tomar as primeiras decisões como Presidente da África do Sul, com a nomeação do Gabinete.

A medida que a euforia nacional que acompanhou a tomada de posse de Mandela começa a abrandar, o país aguarda agora nervosamente o momento de avaliar as suas escolhas ministeriais, que parecem estar a ser inspiradas em grande parte pelo populismo — e mesmo por nepotismo.

A nomeação que causou maior surpresa foi a de Winnie Mandela, a mulher de quem está separado, para o cargo de subsecretária de Estado das Artes, Cultura, Ciência e Tecnologia. Membros do ANC justificam esta decisão com a popularidade da sra. Mandela no partido, demasiada para o Presidente poder ignorá-la.

Mas a decisão antes parece ter ignorado a condenação judicial de que ela foi objecto — pelo seu papel no rapto e espancamento de quatro rapazes, na década passada —, bem como o facto de lhe estar a ser movido um inquérito por alegadas fraudes no Departamento de Assistência Social do ANC.

Além da promoção da sra. Mandela, as nomeações reservavam mais algumas sur-

presas, nomeadamente a escolha de Alfred Nzo, de 68 anos, ex-secretário-geral do ANC, para ministro dos Negócios Estrangeiros. Considerado um velho funcionário do aparelho partidário, não lhe é reconhecida, em geral, qualquer aptidão para o desempenho do lugar.

Provocou também preocupação a escolha do ex-comandante militar do ANC, Joe Modise, para ministro da Defesa. Descrito como sendo um falcão, certamente quererá manter, se não ampliar, as forças armadas sul-africanas. A redução do orçamento militar é há muito considerada como a melhor forma de obter os tão necessários financiamentos para a segurança social e habitação da população negra.

O peso de um «outsider»

As nomeações de Nzo e Modise parecem representar um favorecimento da «velha guarda» e uma marginalização dos dirigentes «do interior», mais jovens e dinâmicos, e que lideraram a luta durante os últimos anos do «apartheid». Onze dos 18 membros do ANC no Executivo de coligação são ex-exilados.

Mas o erro mais grave do Presidente Mandela poderá ser o facto de não ter conseguido o concurso do poderoso secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, que se supõe ter recusado o convite para ministro dos Negócios Estrangeiros depois de ter sido derrotado pelo

seu grande rival, Thabo Mbeki, escolhido para ocupar o cargo por ambos desejado: o de vice-Presidente.

Ramaphosa, ex-líder do Sindicato Nacional dos Mineiros, é considerado o político mais bem preparado do ANC, sendo-lhe atribuído grande parte do mérito na condução das negociações do acordo político nacional. Apesar de ficar fora do Governo, continuará certamente a ser uma importante figura e a concitar o apoio dos políticos mais jovens e inteligentes, com consequências potencialmente divisionistas para o novo Governo.

O Partido Nacional, de FW de Klerk, que terá seis pastas ministeriais, segundo o acordo de partilha do poder para cinco anos, ficou preocupado, porque a exclusão de uma pessoa com a estatura política de Ramaphosa levará a que o centro do poder não fique no Governo, mas sim na comissão executiva nacional do ANC.

Sinal de reconciliação

Também causou irritação o facto de Mandela não ter conseguido atribuir-lhes qualquer das pastas de segurança — Polícia, Defesa ou Prisões. A Comissão Executiva do ANC parece ter exercido grande pressão sobre o Presidente para que fosse intransigente quanto à Segurança, de forma a que a população negra entendesse que o poder tinha de facto mudado de mãos.

Ao controverso líder zulu,

Mangosuthu Buthelezi, foi atribuído o importante Ministério do Interior, o que constitui um claro sinal de reconciliação. Mas há quem considere este gesto demasiado generoso e passível de criar ressentimentos entre os membros do ANC na província KwaZulu/Natal, controlada pelo Inkatha, de Buthelezi.

Nesta região, há já sinais de uma indignação generalizada pelo facto da liderança de o ANC ter aceite prontamente os resultados eleitorais da província — apesar das provas evidentes de fraude cometidas pelo Inkatha, e que muitos consideram responsáveis pela inesperada vitória de Buthelezi. Os responsáveis locais do ANC estão a tentar levar o caso a tribunal.

Segundo os obsoletos padrões raciais, considera-se que o novo Gabinete é muito equilibrado: catorze negros, sete brancos, quatro indianos e dois mestiços. O cargo mais significativo que ficou nas mãos de um branco foi a pasta das Finanças, cabendo ao anterior ministro, Dereck Keys, tranquilizar os empresários locais e os investidores externos.

Registou-se igualmente alguma insatisfação entre feministas pelo facto de só duas mulheres terem sido escolhidas para desempenhar cargos ministeriais.

Pensa-se que sete dos 18 membros do ANC são ou terão sido até há pouco tempo membros do Partido Comunista e o líder deste partido detém a importante pasta da Habitação.

Roldán vendeu armas a Angola

O EX-DIRECTOR-GERAL da Guarda Civil espanhola, Luis Roldán, que se encontra em fuga depois de ter sido acusado de corrupção, esteve envolvido numa operação de venda de armas a Angola entre o final de 1992 e o início de 1993 — quando o comércio de material de guerra com este país estava proibido. A notícia, avançada ontem pelo "El País", que cita fontes oficiais, diz que Roldán recebeu 60 milhões de dólares pela sua participação na venda que envolveu baterias anti-aéreas, carros de combate e canhões. A ligação de Roldán a Angola começou no início de 1992, quando a Espanha aceitou formar oficiais para a polícia angolana. Depois das eleições em Setembro de 1992, dirigentes do MPLA deslocaram-se a Madrid para solicitar a colaboração do então chefe da Guarda Civil na compra de armas. ■

PÚBLICO, 16.5.94

Cabo Verde: MpD com 49%

AO FIM de três anos no poder em Cabo Verde, o Movimento para a Democracia (MpD) conta com apenas 49 por cento das intenções de voto, contra 62 por cento dos votos conquistados nas legislativas de Janeiro de 1991. De acordo com uma sondagem realizada em Abril, nas ilhas de Santiago, São Vicente, Santo Antão, São Nicolau e Fogo — onde reside cerca de 93 por cento da população cabo-verdiana —, também o Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV), no poder entre

1975 e 1991, perderá votos relativamente às primeiras eleições pluripartidárias realizadas na ex-colónia portuguesa.

No estudo, da responsabilidade da Euroexpansão e baseado em 801 entrevistas, a União Cabo-verdiana Independente e Democrática (UCID), que não participou na anterior consulta ao eleitorado, conta com 5,2 por cento das intenções de voto dos inquiridos, dos quais 25,4 por cento não responderam, afirmaram que o seu voto seria nulo ou branco, ou declararam não saber.

Buthelezi defende reconciliação

PÚBLICO, 15.5.94

O CHEFE tradicional zulu Mangosuthu Buthelezi, líder do partido Inkatha, incitou ontem os seus partidários a fazerem a paz com os adversários políticos, de modo a que a democracia e o desenvolvimento sejam possíveis na África do Sul.

"Quebrem as barreiras que vos dividem dos vossos adversários políticos", declarou o novo ministro do Interior. "Preguem a palavra da paz e da reconciliação."

Num comício efectuado em Ulundi para celebrar o triunfo do Inkatha nas eleições para a assembleia provincial do Kwazulu/Natal, Buthelezi sublinhou que a violência afastaria os investi-

dores e retardaria o desenvolvimento da região.

"Não pode haver desenvolvimento económico enquanto não estivermos em paz. Nenhum empresário deixará investir aqui se a sua vida correr perigo. Nenhum investidor quererá construir fábricas se elas estiverem sujeitas a ser incendiadas. Cabe-vos a vós fazer a paz", disse o chefe do Inkatha a mais de dois mil partidários.

Buthelezi aconselhou em particular os jovens a ultrapassarem as hostilidades que se têm verificado nas zonas urbanas e rurais habitadas por negros, só porque uns simpatizam com uma determinada força política e ou-

tros com outra.

"Temos que conseguir a reconciliação política, se queremos construir uma verdadeira vontade nacional, para que a democracia funcione em proveito do povo", prosseguiu aquele que muitos consideravam ainda há um mês verdadeiro obstáculo a um vasto consenso entre as principais formações políticas sul-africanas.

O Governo de Unidade Nacional tem à sua frente uma tarefa difícil, e a política do ANC é em muitos aspectos diferente da do Inkatha, mas tem de se trabalhar em conjunto, acrescentou Mangosuthu Buthelezi.

Por último, depois de haver prometido cooperar com o

Presidente Nelson Mandela, recordou que o Inkatha defende um sistema federal, com vasta autonomia para cada uma das províncias: "O federalismo permitirá que sejamos governados pelos dirigentes da nossa região e não por Pretória. Com o federalismo o nosso líder será alguém que viva na nossa região e que portanto compreenda as nossas necessidades".

A questão da maior autonomia a conceder às autoridades provinciais deverá vir a ser alvo de uma mediação internacional, que tentará em breve um compromisso entre as teses do ANC, contrárias ao federalismo, e as dos outros partidos representados no Governo. ■

Opinião

Pieter Swanepoel *

PÚBLICO, 14.5.94

O mundo entendeu os sinais sul-africanos

AS ELEIÇÕES sul-africanas marcam o começo de uma nova era. À nossa frente estende-se um território desconhecido, onde tudo tem de ser refeito, onde todas as instituições sociais e económicas têm de ser repensadas.

Estamos justamente no começo, onde tudo tem de renascer — as relações entre as pessoas, a constituição, a lei, a economia, a forma como trabalhamos e a forma como vivemos. Será um teste perspicaz ao nosso carácter nacional.

A nossa capacidade para reunir todos os recursos nacionais, materiais e humanos, a fim de reconstruir a nossa sociedade, apresenta-se como o novo desafio.

O novo Governo sul-africano de Unidade Nacional encara esse desafio com grande esperança e confiança. Durante os últimos dias do período que acabámos de encerrar, recebemos de todo o país a confirmação da vontade de aceitar uma nova sociedade sem racismo.

Temos tido a confirmação de que a maioria dos sul-africanos tem coragem e confiança suficientes para pôr de lado velhos preconceitos que pareciam estar de pedra e cal.

Provámos a nossa capacidade nacional para levar a cabo uma transição constitucional pioneira, apesar de todas as enormes complexidades originadas pela inexperiência e pela divisão racial.

Nunca é fácil deixar um velho ambiente que conhecemos bem para embarcar no desconhecido. Os portugueses ensinaram-nos que aqueles que exploram um novo mundo devem fazê-lo sem medo.

Pelo menos para a actual geração de sul-africanos, tudo acerca desta nova era é desconhecido. Não temos qualquer experiência de democracia universal, de um governo de unidade nacional, ou de desenvolvimento económico não racial. Mas podemos embarcar sem medo, porque já provámos que, como nação, temos maturidade, tolerância e capacidade de adaptação para aceitar o desafio dos novos tempos.

A atmosfera de ordem e de paz geral sob a qual fizemos a mudança espantou todos os cépticos, dentro e fora da África do Sul. Fizeram-se previsões diabólicas de que a guerra civil e o caos acompanhariam qualquer tentativa de realizar eleições democráticas não raciais. Eram falsas.

Apenas uma franja lunática da extrema direita tentou concretizar as suas previsões através de uma campanha de terror assassina, mas fútil.

A verdadeira perspectiva para a África do Sul é de desenvolvimento e progresso, de crescimento económico e de paz. Isto está agora a ser reconhecido em todo o mundo.

O Presidente Clinton promete "um aumento considerável da ajuda e apoio dos Estados Unidos" para a construção da economia e dum novo sistema político.

O secretário norte-americano do Comércio vê este país como "um dos 10 maiores mercados emergentes a nível mundial". Eles começam a ler os sinais. O nosso futuro inspira-lhes confiança, tal como nos deve inspirar a nós.

Começamos a trabalhar agora para um novo desenvolvimento e para a reconstrução do país, para criar uma única nação e para dar empregos, casas, serviços de saúde e segurança a todo o nosso povo. Será uma tarefa gigantesca, que necessitará do entusiasmo, energia e dedicação de todos nós.

O Governo sul-africano não tem qualquer dúvida de que juntos conseguiremos o nosso objectivo. Precisamos apenas de ultrapassar o nosso medo e de deitar mãos à obra com confiança. Para a reconstrução e reconciliação. Para uma vida melhor para todos os sul-africanos. ■

*embaixador da África do Sul em Lisboa

Pena severa para jornalistas

PÚBLICO, 15 5 94

SEIS MESES de prisão com pena suspensa por três anos foi a sentença judicial decretada sexta-feira contra os jornalistas são-tomenses Carlos da Silva Duarte e Telmo Trindade, na sequência do processo que lhes instaurou o Presidente de S. Tomé e Príncipe, Miguel Trovoada. A defesa já interpôs recurso.

Carlos da Silva Duarte, conhecido como "Borboleta", e Telmo Trindade, cujo pendor algo sensacionalista há muito conquistou as antipatias da Presidência da República são-tomense, fizeram eco de alegações segundo as quais inúmeros diplomas se encontravam intencionalmente retidos no Palácio do Povo, a pretexto de aguardarem promulgação. Baseando-se "na voz corrente", Telmo Trindade precisou mesmo a existência de 60 documentos legais nessa situação.

A "guerra dos diplomas", que teve recentemente um desenvolvimento espectacular quando o chefe de Estado se re-

feriu à questão em termos particularmente áspers durante uma conferência de imprensa, é a expressão mais visível das crispções que voltam a marcar as relações entre Miguel Trovoada e o Partido da Convergência Democrática, no poder.

Têm-se atribuído a fontes conotadas com o Governo afirmações segundo as quais alguns dos seus diplomas estariam a ser bloqueados na Presidência. O elemento mais visado é Gabriel Costa, assessor jurídico do Presidente e líder do Partido da Acção Democrática Independente, na oposição.

A sentença — manifestamente exagerada, segundo a defesa — provocou uma vaga de estupefacção e de perplexidade, sendo o sentimento dominante que terá sido ditada por razões de natureza política e pela intenção de "meter certos jornalistas na ordem".

Seja como for, o julgamento conseguiu aquilo que até há pouco parecia impensável: unir a

classe jornalística, habitualmente dividida, numa mesma onda de indignação, quer pelo ineditismo do processo — foi a primeira vez em 18 anos de independência que os jornalistas se sentaram no banco do réus —, quer porque os acusados são afectos a órgãos oficiais, que deram um amplo destaque ao acontecimento, levando alguns observadores a falar em exorbitância, em tentativa de influenciar a opinião pública e até de condenação da Presidência pela imprensa.

Anteontem, após a leitura da sentença, a Rádio Nacional limitou-se a transmitir música instrumental, o que foi visto como uma forma de protesto.

O advogado dos dois jornalistas, Paulo Jorge, já interpôs recurso, com base em alegadas irregularidades processuais, inclusive a ambiguidade da queixa. Para o causídico, cabia à acusação e ao assistente de Miguel Trovoada demonstrarem que a honra e consideração do Presidente tinham sido manchadas, o que não

aconteceu. Aliás, durante o julgamento nenhuma das partes pôs a questão nestes termos.

Outra irregularidade que a defesa vai invocar reside no facto de a sentença ter sido proferida 48 horas após o julgamento, o que viola as disposições do Código Penal sobre processos sumários.

Existe o sentimento generalizado de que o juiz proferiu uma sentença excessivamente severa, tendo em conta que o próprio assessor da Presidência pedira uma condenação de princípio "que servisse de exemplo" e levasse os profissionais da comunicação social a ser "menos negligentes".

O julgamento acabou por ser doloroso para Gabriel Costa, que foi o principal alvo da defesa. E os jornalistas interrogam-se sobre as razões que terão levado os tribunais a julgar com tanta celeridade os seus dois colegas quando inúmeros processos similares têm vindo a envelhecer no tribunal de primeira instância. ■

Conceição Lima,
em São Tomé e Príncipe

Teatro e vida nos subúrbios pobres da África do Sul Em Ocean View não se vê o mar

PÚBLICO, 15 5 94

ALBERT THOMAS lembra-se de acordar, há trinta anos, abrir a janela e ver a praia. Nesse tempo as pessoas de Ocean View viviam em Simon's Town, uma pequena aldeia de pescadores, a uns trinta quilómetros da Cidade do Cabo. Viviam ali há muitas gerações, ocupando-se da pesca ou trabalhando como operários em indústrias da região. Mas nos anos sessenta as famílias brancas da Cidade do Cabo descobriram Simon's Town e começaram a procurar espaço para construir as suas residências de veraneio. Pouco depois os habitantes de Simon's Town foram informados de que teriam de sair da povoação.

Segundo a nova legislação criada pelos ideólogos do grande "apartheid", a famosa Group Areas Act, aquela zona passará a ser destinada exclusivamente à população de origem europeia.

Foi assim que nasceu Ocean View. Albert Thomas não gosta muito de falar daqueles dias: "Era como se este país não nos pertencesse". Albert, um homem tranquilo, de

cabelos brancos, lisos, trabalhou durante anos como investigador na Universidade do Cabo Ocidental. Gladys Thomas, a mulher, é um dos nomes mais conhecidos da dramaturgia alternativa — isto é, não-branca — na África do Sul. Em 1991, o casal criou um grupo de teatro amador, os Getwise Players, que têm vindo a interpretar peças da própria Gladys, de Alex la Guma de Wally Serote. O grupo é constituído quase exclusivamente por jovens mestiços — estudantes, operários, professores primários, secretárias, floristas —, vindos de Retreat, Steenberg, Grassy Park e Lavender Hill, povoações próximas de Ocean View.

A última peça interpretada pelos Getwise Players, "Avalon Court", foi escrita por Gladys e conta a história de uma família que é expulsa sua terra de origem e realoada num subúrbio pobre da Cidade do Cabo. O cenário mostra a fachada de um prédio quase em ruínas, podendo ver-se o interior de um dos apartamentos. A acção decorre em 1978 e envolve vinte e

três personagens. Numa das cenas mais agitadas, um homem branco aparece na rua, à procura de jovens prostitutas mestiças. Agarrado por um grupo de rapazes, puxa de uma pistola, mas é rapidamente desarmado. Então um dos rapazes agarra na pistola e aponta-a à cabeça do homem. O público, cerca de trezentas pessoas, reage com exuberância e entusiasmo: "Comam-no! Comam-no!", gritam as mulheres. Os homens são mais compreensivos: "Deixem-no ir, deixem-no ir!". Finalmente os rapazes largam o homem, que foge a correr. Nessa altura descobrem que a arma não tinha munições.

Wynand du Plessis, o actor que representa o homem branco, é o único elemento não mestiço do grupo. Gladys explica que é muito difícil recrutar actores negros: "A maioria dos negros vive longe daqui, em lugares como Khayelitsha, Nyanga ou Guguletu. E é impossível convencer alguém a percorrer distâncias tão longas, representar de graça até à meia-noite, e regressar a casa já de madrugada.

da, tendo de se levantar para trabalhar pouco depois". A grande aspiração de Albert e Gladys Thomas é profissionalizar o grupo: "Só pagando aos actores, de forma a que eles não estejam dependentes de outros empregos, é que será possível integrar pessoas de todas as raças, vencendo os condicionaismos que o 'apartheid' nos deixou como herança". Até agora o trabalho do grupo não tem rendido lucros, já que os espectáculos são normalmente organizados em subúrbios negros e mestiços, com a colaboração de sindicatos, e estes ficam com 75 por cento da receita. "Acreditamos que o novo governo irá apoiar o teatro popular", diz Gladys. Entretanto o grupo está já a preparar uma nova peça: "A Ópera dos Três Vinténs", do dramaturgo alemão Bertold Brecht, traduzido para inglês e afrikanse pelo próprio Albert Thomas. ■

José Eduardo Aguiar,
na Cidade do Cabo

Rian Malan, escritor afrikaans, em entrevista ao PÚBLICO

'A História sempre nos separou'

PÚBLICO, 15.5.94

Do nosso enviado
José Eduardo Agualusa,
em Joanesburgo

Chama-se Malan, da família de Daniel Malan, o homem que dirigiu a implantação do "apartheid" na África do Sul. Foi um rebelde branco, simpatizante da causa dos negros, e assinou crónicas de rock com o pseudónimo de Nelson Mandela. Hoje, gostaria de acreditar que as pessoas vão começar a casar umas com as outras, negros e brancos, e fazer uma sociedade miscigenada. Mas, na verdade, não acredita nisso: a História sempre os separou.

Foi um homem obcecado pela verdade e pela justiça que o PÚBLICO encontrou em Yeoville, bairro residencial de Joanesburgo. Rian Malan, 39 anos, tornou-se um nome muito discutido na África do Sul depois que, em 1991, lançou o seu primeiro livro, "My Traitor's Heart" — fascinante e perturbadora viagem através da História e do território sul-africano. Reportagem sobre o lado obscuro da África do Sul, ou de África de uma maneira geral, "My Traitor's Heart" pode também ser lido como uma brilhante ficção autobiográfica. O livro foi recebido com entusiasmo em Inglaterra e nos Estados Unidos, mas dividiu profundamente a crítica e os leitores sul-africanos.

PÚBLICO — Como explica as reacções dos leitores sul-africanos ao seu livro?

RIAN MALAN — Algumas pessoas, em particular os liberais brancos, ficaram perturbados com o livro, porque ele não serve nenhuma mitologia. As melhores re-

acções surgiram na imprensa negra, sobretudo no Soweto. Eles deram relevo ao facto de um branco escrever um livro expõe os seus verdadeiros sentimentos. A imprensa liberal branca preferia continuar a viver nessa espécie de base lunar que o "apartheid" construiu para eles, completamente separados da realidade. Por isso, porque se recusam a ver o mundo à sua volta, acusaram o livro de ser racista e politicamente incorrecto.

P. — O que o levou a escrever este livro?

R. — O meu livro foi uma espécie de guerra de um homem só contra certas ortodoxias. No princípio havia o "apartheid", que dizia que as pessoas eram diferentes. O "apartheid" dividiu o povo deste país em diversos segmentos e, como reacção a isso, apareceram essas grandes ortodoxias, nas universidades brancas, pretendendo que o tribalismo não existia, que o etnocentrismo não existia, que era tudo uma questão de luta de classes.

P. — Como a generalidade da moderna literatura sul-africana, "My Traitor's Heart" é um livro sobre o "apartheid" e a sua génese. Uma das leituras possíveis é que o "apartheid" surgiu porque os afrikaners tinham medo de África. É assim?

R. — O "apartheid" surgiu porque os afrikaners tinham medo de perder a sua identidade num país dominado pelos negros, mas também por uma questão de egoísmo. Quando os afrikaners alcançaram o poder, nos últimos anos da década de 40, havia um enorme fosso entre eles e os sul-africanos de língua inglesa. Um pouco semelhante ao que separa hoje os americanos brancos dos seus compatriotas negros. O "apartheid" permitiu aos afrikaners uma rápida ascensão social. Ao mesmo tempo, eles tentaram criar uma barreira de protecção contra África.

"Gostaria da brasileirização..."

P. — Com o fim do "apartheid", como imagina que vai evoluir a sociedade sul-africana. Será possível criar uma sociedade cultural e biolo-

gicamente muito miscigenada, como existe no Brasil, ou o mais provável é vir a estabelecer-se uma sociedade do tipo americano, em que as várias etnias convivam sem grande interferência?

R. — Aquilo que se passou em alguns lugares do antigo império português, em Luanda ou no Rio de Janeiro, onde é possível encontrar famílias negras e brancas com uma língua e uma cultura em comum, isso é ainda uma coisa estranha e remota para nós. Não apenas por causa do "apartheid". A verdade é que a História sempre nos separou. Se me tivesse colocado essa mesma questão há cinco semanas, eu teria respondido que não acreditava nas eleições nem na integração. Teria dito que ia haver uma guerra sangrenta e que, no fim, não sobraria nada. É muito difícil fazer previsões sobre o que poderá acontecer a este país. Eu próprio não compreendi nada, estava completamente errado. A extrema-direita branca desintegrou-se. Os zulus, que apenas há três semanas ameaçavam começar uma guerra, participaram nas eleições e conseguiram bons resultados. Eu estive em Pretória, na tomada de posse de Mandela, e havia um sentimento excepcional de reconciliação por parte de toda a gente, brancos e negros. Toda a tensão desapareceu. É muito difícil fazer previsões na África do Sul.

P. — E o que é que gostaria que acontecesse?

R. — Eu não gosto da cultura Coca-Cola do tipo ocidental. Na África do Sul, nas cidades, nós temos uma classe média negra em rápida ascensão, juntando a sua força à da burguesia branca. É uma burguesia muito peculiar a que existe neste país. Como esses rapazes negros que estudaram em boas escolas privadas e falam com o característico sotaque britânico. Muita gente diz que o futuro vai ser isso, mas eu devo confessar que é um futuro que não me agrada. Gostaria de acreditar que

as pessoas vão começar a casar umas com as outras, negros e brancos, que vamos ter aqui um país muito miscigenado, que vai haver uma brasileirização da sociedade sul-africana, mas na verdade não acredito nisso. Não acredito que este país se vá transformar num todo.

P. — Porque não?

R. — A Conferência de Berlim, há cem anos, decidiu que este e aquele lugar deviam ser países. Muitos desses espaços não eram nada, a não ser territórios demarcados com gente dentro. E então os europeus nomearam os governadores, construíram os palácios e as esquadrões de polícia, puseram as pessoas a pagar impostos e a trabalhar nos campos. Os movimentos nacionalistas, como o MPLA, em Angola, o ANC, aqui, ou a Frelimo, em Moçambique, foram sempre dirigidos pelas pessoas mais ocidentalizadas. E essas pessoas querem manter todas as instituições deixadas pelo colonialismo e que eu não sei se são exactamente legítimas e africanas. Na África do Sul, pode levar mais de 30 anos até que estas instituições façam algum sentido para a maioria da população. Este reinado da consciência branca, esta visão política ocidentalizada, mais ou menos liberal e lunática, que o "apartheid" e o colonialismo construíram neste país, isso já não devia estar aqui. Não se fará justiça apenas porque os negros podem estudar nas mesmas escolas privadas que os brancos, podem conduzir BMW e viver em bairros ricos.

... e não do "modelo americano"

P. — Então não acredita nesta nova África do Sul?

R. — Nós temos agora uma nova Constituição, que proíbe a pena de morte e determina a igualdade entre os sexos. Muito bem, vejamos apenas estes dois aspectos, que os ocidentais tanto valorizam. Entre as populações africanas existe um apoio generalizado em relação à pena de morte. Não estou a defender a pena capital, mas o facto é que se alguém violar uma rapariga no Soweto está condenado à morte. E, nas "homelands", os ladrões de gado não escapam com vida. Quanto à noção de igualdade entre os sexos, isso é qualquer coisa de completamente bizarro para a maior parte da nossa população. O cami-

Continua na pág. 10

Malawi tem amanhã as suas primeiras eleições pluralistas

O fim do dinossauro Banda

Jorge Heitor

Até hoje o Malawi, antiga Niassalândia, só conheceu um Presidente, nos seus 30 anos de independência. Mas a partir de amanhã tudo poderá ser diferente, pois que Kamuzu Banda, muito velho e doente, vai enfrentar nas urnas um político bastante mais novo e que se afirma certo da vitória.

Milhões de cidadãos do Malawi encheram ontem as igrejas do pequeno país rural — encravado entre a Zâmbia, a Tanzânia e Moçambique — a fim de orarem pela paz, na altura em que encerrava a campanha para as primeiras eleições pluralistas que se efectuam desde que há 30 anos foi alcançada a independência.

A rádio oficial também dedicou a manhã de domingo a orações para que o acto eleitoral de amanhã corra bem, estando-se

a viver uma atmosfera de viragem histórica, pois é possível que se assista à derrota do único Presidente que até agora houve no país: Kamuzu Banda, que oficialmente tem 88 anos mas de que se desconfia que já haja ultrapassado há muito os 90.

Os analistas políticos afirmam que a oposição deverá conseguir levar a melhor, mas também admitem que não será assim tão fácil como iaso a Frente Democrática Unida (UDF), de Bakili Muluzi, desalojar do poder o Partido do Congresso do Malawi (MCP), do velho Banda, cujo nome é ostentado por estádios, aeroportos, escolas, avenidas e hospitais.

Sábado, no seu último comício da campanha, Muluzi, de 51 anos, foi aplaudido em Blantyre, centro comercial do país, por 60 mil pessoas; e previu uma grande vitória para a UDF, criada o ano passado, depois de o multipartidarismo haver sido autorizado.

O Presidente Banda, que o ano passado esteve na África do Sul a ser operado ao cérebro, apenas conseguira atrair 5.000 fiéis às celebrações nacionais do seu aniversário, pouco antes de o povo ser chamado às urnas para escolher o chefe do Estado e 177 deputados.

PUBLICADO, 16.5.94

Mais dois partidos

Para além da UDF, há ainda outros dois partidos de oposição, mas os analistas não lhes atribuem grandes hipóteses, sendo apenas como que as pequenas flores que ajudam a compor o ramalhete.

Hastings Kamuzu Banda, que mandou para a cadeia milhares de adversários durante um reinado marcado pelo esmagamento de toda a oposição, pediu durante o fim de semana que haja calma e tolerância.

Amanhã, em Lilongwe, a capital, em Blantyre e no resto do país, 3,7 milhões de eleitores são chamados às urnas para se pronunciarem pela primeira vez sobre como é que desejam que o Malawi seja governado, após décadas de uma administração profundamente paternalista.

Entretanto, a ala para-militar do MCP, os "Jovens Pioneiros", que em grande parte se transferiu nos últimos meses para o vizinho Moçambique, continua a assustar uma parte da população, pois se receia que em caso de mudança do Presidente ela volte a entrar em acção, para tentar anular o resultado do escrutínio.

conseguiu arrancar às fileiras da UDF um antigo preso político, Gwanda Chakurama, de que fez secretário-geral do partido no poder, havendo constituído com ele e com Robson Chirwa um Conselho Presidencial de três elementos que substituiu Banda durante o impedimento deste, por motivos de doença.

Quando as eleições se aproximaram, porém, Tembo e a sobrinha voltaram a trazer para a ribalta o velhissimo Presidente, um médico que durante 40 anos viveu no estrangeiro, designadamente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha.

Mesmo que em estado vegetativo, Kamuzu Banda é essencial para que os que à volta dele se criaram tentem tudo por tudo para se conservar no poder, face a um mundo que já não se dispõe por mais tempo a contemporizar com um regime onde até há pouco as mulheres não podiam vestir calças, os homens estavam proibidos de deixar crescer o cabelo e a televisão era um invento ainda ignorado.

Sempre vestido de colete, casaco e gravata, de chapéu à diplomata e com um enxotamoscas na mão, Banda era já há muitos anos um autêntico anacronismo à beira do lago Niassa. E hoje em dia a ideia de que possa ser reeleito parece surrealista, tal o estado de miséria em que deixou a maior parte da população, 30 anos depois de a haver conduzido a uma independência com que quase ninguém lucrara. ■

Continuação da pág. 9

'A História sempre nos separou'

nho que escolhemos é falso e escorregadio. O nosso modelo é o americano. Mas o que existe na América é uma sociedade branca que decide a forma como os negros devem ser integrados. Não podemos fazer o mesmo na África do Sul. Podemos até integrar algumas pessoas na sociedade criada pelos brancos, mas o campo não vai mudar. No campo as coisas vão continuar como sempre foram.

P. — Algumas pessoas aceitam a ideia de que o "apartheid" dividiu artificialmente os mestiços de língua afrikaans dos afrikaners de pele mais clara. Mas esta questão não parece pacífica. Em sua opinião, o fim do "apartheid" pode ter como resultado que mestiços e afrikaners venham a assumir-se como um

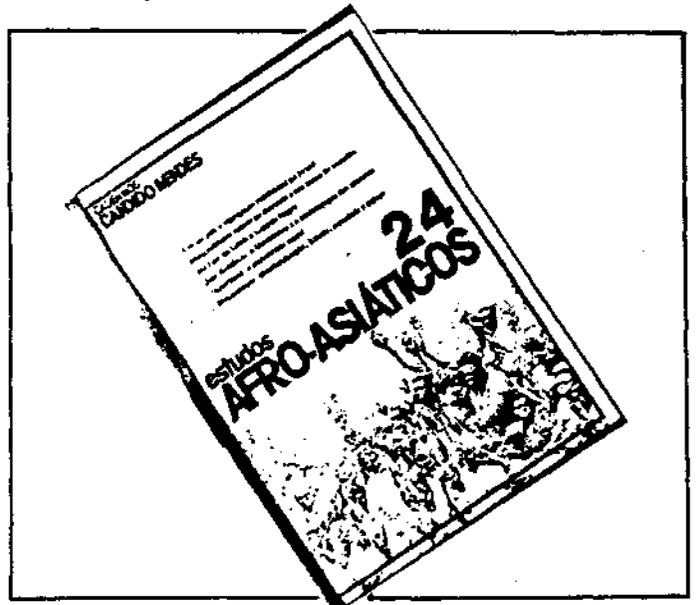
único povo?

R. — Venho de uma família que sempre apoiou o "apartheid". Mas não me esqueço de que o meu pai se referia aos mestiços como "os nossos irmãos". Porque, entre eles, existem pessoas chamadas Malan, pessoas que se parecem comigo, e comem e bebem as mesmas coisas que eu. Nós somos o mesmo povo, fomos sempre um único povo. O que o "apartheid" fez com os mestiços não tem desculpa. Foi pérfido e estúpido, de uma arrogância inqualificável. O facto de os mestiços estarem dispostos a perdoar e a esquecer — deram a vitória ao Partido Nacional no Cabo Ocidental — demonstra que somos de facto o mesmo povo. E que nos move um idêntico terror em relação a África. ■

Cecília e o tio

Oficialmente celibatário, tal como Salazar, o velho ditador tem junto de si, desde que subiu ao poder, uma governanta que se chama Cecília Kadzimirá; e cujo tio, John Tembo, se apresenta desde há muito aos olhos de muitos como eminência parda.

No ano passado, Tembo



A colonização, a descolonização e as independências

Nélson Saúte

PÚBLICO, 15.5.94

Entre os fantasmas do império perdido e a necessidade de desacreditar a esquerda, lá se vai fazendo a desconversa colonial. Desde já previno que não sou português, sou moçambicano, e nesta lenga-lenga não me situo nem à esquerda nem à direita da política caseira. Contudo, algumas questões impermitem o silêncio.

A colonização portuguesa foi diferente. Muito bem. Sabemo-lo todos. Como estamos acautelados da forma como os ingleses, os espanhóis e os outros exerceram os seus impérios. Mas, daí concluir que a colonização portuguesa em África foi ótima, é abusivo. Até porque — convém esclarecer — nenhuma forma de colonização é boa; a portuguesa, tendo sido diferente, não deixou de ser má e de ter aspectos trágicos a caracterizá-la. Como dizia o escritor, são todas más, mas umas são piores que outras.

A trapaça colonial não se pode desmentir desta forma. Parece que a desmemória apela facilmente. Eu não posso abdicar dessa memória, que até é genética na história do meu povo. Enquanto não se discutir o que foi a colonização, é evidente que dificilmente se compreenderá o que foi a descolonização.

Xavier de Figueiredo discorre largamente sobre esta problemática num artigo aqui editado há uma semana. Das premissas deste articulista resultam algumas inverdades que desmerecem a nossa indiferença.

Diz Figueiredo numa das passagens da sua prosa: "A economia estava pujante em qualquer dos territórios." Economia de quem? Não esclarece. Das populações ditas indígenas? Nenhuma luz. Quando das independências das antigas colónias portuguesas, qual era o nível da miséria? Nem uma palavra.

Antes, porém, não esquece que "o Exército português controlava territorialmente os três teatros de operações". Fica implícita a aceção segundo a qual a força militar permitia que se mantivesse a insustentável situação colonial...

Quando o Zimbábwe se tornou independente da administração britânica, tinha apenas 30 por cento de analfabetos; Moçambique tinha mais de 80 por cento. Não quer isto dizer que os processos sejam homologáveis, nada disso, mas

estas referências são importantes também para se perceber o que foi a colonização portuguesa. Leia-se o Acto Colonial (não é uma vergonha?); pergunte-se quem sofreu (há muitos sobreviventes); indague-se quem lutou para se libertar. Até porque não é indiferente o facto de quem fez as guerras terem sido populações rurais...

A política colonial portuguesa, como é óbvio, impossibilitava a emancipação. Não só política, mas sobretudo — o que, por conseguinte, é mais grave — intelectual. E isto não era inocente. Quando os ingleses deixaram os seus domínios, os países não estavam tão impreparados. É estranho como decorreu o processo do Zimbábwe? Talvez. Mas entre as várias razões importa saber que o nível dos zimbabwianos, por exemplo, não era comparável ao que se atingira nas antigas colónias portuguesas. O argumento de Figueiredo segundo o qual eles apenas aprenderam dos excessos dos vizinhos peca por defeito. Escamoteia ou ignora outros factos.

Quando de radicalismo dos líderes africanos trata, como o faz Xavier Figueiredo, não esclarece por que se omite o supremo radicalismo de Salazar. A origem de todos os radicalismos. Mesmo assim, é curioso notar que Figueiredo não se refira, quando ainda desta matéria cuida, a posturas de personalidades como Jonas Savimbi. Nunca deixa de ser maniqueísta.

Não se pense, porém, que participo da mistificação dos movimentos de libertação. Não sou avançado da Frelimo nem de outro partido no poder ou em busca dele. Não estou comprometido.

Quanto à conversa sobre as legitimidades, conviria, desde já, exarar o seguinte: as acções da Frelimo, do MPLA e do PAIGC foram decisivas para o que aconteceu a 25 de Abril de 1974, não tenho pejo em o afirmar.

Os movimentos de libertação foram, "grosso modo", frentes aglutinadoras dos anseios das populações. O que ditou o sucesso das guerras pela independência senão a empresa das populações?

As populações africanas não foram consultadas para saber se queriam autodeterminação ou independência?! Admitindo o absurdo, pensa Xavier Figueiredo que havia condições para prospectar a opinião desses povos. Esqueceu-se, porém, de se perguntar se estes povos referenda-

ram o domínio colonial...

Então as independências deram no que deram?! Pois é, foram os vermelhos! — maus companhas. Até porque os portugueses tinham condições de desempenhar um papel preponderante. Sem dúvida.

O argumento segundo o qual "nós até éramos tão bons convosco" não é menos colonialista que os outros. Os movimentos, como se sabe, não guerreavam contra o povo português. Este é um aspecto exemplar. Casos há, noutros processos, em que os objectivos não eram claramente nesta perspectiva. Mas nem por isso são desculpáveis os excessos dos dirigentes, que estiveram na origem (também, não foi o único motivo) da debandada dos antigos colonos.

Como a intransigência dos dirigentes, o "expansionismo soviético" não explica tudo. Crítico veementemente as escandalosas prestações dos "gerentes soviéticos", como o faço em relação às sabotagens que, a partir da Rodésia e, depois, da África do Sul, os que estavam interessados na destruição da independência de países como Moçambique — portugueses incluídos — empreenderam. Mais exemplos não faltariam, basta olhar para o caso angolano...

Não me permito discutir, com quem quer que seja, quando se põe em causa a independência do meu país — a minha independência. Muitos dos abencerragens do outro tempo não perdem a oportunidade para dizer: "Pois deuse a independência aos pretos e viu-se o que eles fizeram!"

Estes generosos espíritos não querem admitir, porém, que esses países descolonizados em (quase) absoluta ignorância formaram, pós-independência, professores, engenheiros, médicos, advogados, políticos, jornalistas, escritores, etc. Nem tudo, como se vê, se reduz à miséria.

Este debate sobre a descolonização é canhestro. Porque — humanamente, é compreensível — as pessoas continuam amarradas aos fantasmas que não foram ainda expurgados. Mas é absolutamente intolerável quando, em nome de interesses menos esclarecidos, se cometem omissões ou se praticam inverdades. Povos mártires como o meu não merecem estes desvios ou vícios de análise pseudo-histórica. ■

Crianças detidas pela Renamo

SEGUNDO UM relatório da Unicef, os combatentes moçambicanos da Renamo mantêm cerca de 2300 crianças sob vigilância nas suas bases militares. Durante anos, a Renamo negou possuir crianças-soldados nas suas fileiras, mas para a Unicef estas crianças, com menos de 16 anos, "são militarmente supervisionadas e fortemente vigiadas". Treinadas como soldados, estas crianças não estão preparadas para a vida civil e "libertá-las sem programas adequados para a sua reintegração social seria uma irresponsabilidade". ■

O ANC e os curandeiros

O RECÉM-ELEITO partido do poder na África do Sul, ANC, propôs na quarta-feira que os tradicionais curandeiros sejam integrados no sistema nacional de saúde do país. Em conferência de imprensa, o ANC apresentou um plano de saúde que diz "que os consumidores vão poder escolher os seus médicos e a legislação vai ser alterada de modo a facilitar o uso controlado de praticantes de medicina tradicional", eliminando as práticas nocivas que possam pôr em causa a credibilidade da profissão. ■

PÚBLICO, 20.5.94

O português em Moçambique

O DEPUTADO Fernando Pereira Marques, do Partido Socialista, apresentou, ontem, na Assembleia da República um pedido de esclarecimento sobre a situação da cultura e da língua portuguesa em Moçambique. No requerimento, Pereira Marques refere a progressiva regressão que o português estará a sofrer naquele país, onde se encara mesmo a hipótese de adoptar o inglês como língua oficial. "Tais factos evidenciam", segundo este parlamentar "as fragilidades" da política cultural do Governo, em especial, na promoção e defesa da língua e cultura portuguesa. O deputado pretende que o secretário de Estado da Cultura, Santana Lopes, esclareça quais "os meios humanos, financeiros e organizacionais aplicados e utilizados nos PALOP" para defender o português e qual o papel desempenhado nessa tarefa pelo Instituto Camões, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Educação e pela Secretaria de Estado da Cultura. ■

PÚBLICO, 20.5.94

A Guiné-Bissau a 47 dias das suas primeiras eleições multipartidárias

PAIGC joga na maioria absoluta

Jorge Heitor

O braço direito de "Nino" Vieira afirma que o PAIGC vai conseguir a maioria absoluta nas presidenciais e nas legislativas de 3 de Julho, não havendo qualquer necessidade de uma segunda volta. Mas a oposição não acredita. Seis dos seus partidos constituíram agora a União para a Mudança e apresentaram a candidatura presidencial de Bubacar Djalo.

Helder Proença, membro do Bureau Político do PAIGC e um dos

mais dilectos colaboradores de João Bernardo Vieira, afirmou ontem ao PÚBLICO, num contacto telefónico, estar convencido de que facilmente o seu chefe chegará aos 60 por cento dos votos nas eleições presidenciais guineenses de 3 de Julho, não havendo qualquer necessidade de uma segunda volta.

O mesmo dirigente, que além de político é poeta, disse-nos que nas legislativas — a realizar em simultâneo com as presidenciais — o partido que em 1973 proclamou unilateralmente a independência da Guiné-Bissau deverá conseguir uma votação da ordem dos 55 por cento, apesar de em princípio haver mais seis listas candidatas aos 100 lugares da Assembleia Nacional.

Quando o colocámos perante a forte cartada que poderá constituir a União para a Mudança (UM), que ontem pediu a sua legalização no Supremo Tribunal de Justiça, como coligação de seis partidos, Helder Proença respondeu que se as forças da oposição julgarem necessário formar alianças é precisamente devido à "força do PAIGC", que não será facilmente derrotável.

Quanto à eventualidade de um Governo de coligação, no caso de o partido que se considera maioritário ficar aquém dos 50 por cento, declarou que tudo de-

pende dos resultados das eleições e que o seu grupo já está habituado à concertação, pois que não tem governado só com os respectivos militantes, mas também com "pessoas de outras sensibilidades políticas".

Um candidato ecológico

Outro político consultado ontem pelo PÚBLICO, Amine Michel Saad, presidente do Partido Democrático do Progresso (PDP) e mandatário nacional da candidatura presidencial de Bubacar Djalo, líder da Liga Guineense de Protecção Ecológica (Lipe), disse que a União para a Mudança procura conseguir um terço dos deputados e forçar "Nino" a uma segunda volta.

A UM é presidida pelo decano da política guineense, Rafael Barbosa, líder da Frente Democrática Social (FDS), e congrega esta, a Lipe, o PDP, a Frente Democrática, de Canjura Indjai, o Partido para a Renovação e Desenvolvimento (PRD), de João da Costa, e o Movimento para a Unidade e Democracia (Mude).

Segundo Amine Saad, que há quatro anos tinha boas relações de trabalho com "Nino" Vieira e se apresentava também como amigo de Miguel Trovoada, antes de este haver conseguido a presidência de São Tomé e Príncipe, a

UM espera conseguir especialmente bons resultados no Sul do país, designadamente na zona de Tombali, bem como nas regiões de Bafatá (Centro) e Gê (Leste).

Rafael Barbosa, que foi o primeiro presidente do PAIGC e depois caiu em desgraça, por suspeita de conluio com o governador colonial António de Spínola, é o cabeça de lista da coligação na zona de Quinara, pela qual se elegem seis deputados, no Sul, parte da Guiné-Bissau onde foi mais forte a luta pela independência, no fim da década de 60 e início da de 70.

Terceira figura que prestou declarações a este jornal, Agnelo Regala, que com João da Costa e Manuel Rambout Barcelos constituiu a tríade dirigente do PRD, manifestou dúvidas de que "Nino" Vieira consiga os votos suficientes para ir a uma segunda volta com Bubacar Djalo, filho de Cherno Rashid, uma respeitável figura da comunidade muçulmana, que tem grande peso na sociedade guineense.

Diversas figuras com quem falámos disseram-nos que uma eventual segunda volta das presidenciais poderia cair em Agosto, que na Guiné-Bissau é um "mês

Continua na pág. 13

Mandela pensa na reforma

PÚBLICO, 16.5.94

O PRESIDENTE sul-africano, Nelson Mandela, tenciona retirar-se dentro de dois anos, afirmou ontem, em Londres, o "Sunday Times", com base em "fontes do ANC", não especificadas.

Segundo aquele jornal britânico, Mandela teria dito a alguns colaboradores que se demitirá logo que esteja pronta a Constituição definitiva e que se hajam cumprido as primeiras etapas da reconciliação nacional.

O "Sunday Times" disse ainda que a determinação de Mandela abandonar o poder antes das próximas eleições gerais está a provocar uma luta pela sucessão dentro das fileiras do ANC.

Entretanto, os sul-africanos, que na semana passada tiveram um feriado especial para a tomada de posse do novo Presidente e o feriado religioso da Ascensão, voltam hoje em pleno ao trabalho e à escola.

Quatro grupos negros virados para os problemas do ensi-

no lançaram um apelo para que os estudantes se empenhem a fundo, compensando o tempo perdido com as celebrações do acto eleitoral que veio possibilitar um Governo de Unidade Nacional.

"Agora que já alcançámos a Liberdade, é tempo de nos voltarmos para o processo educacional", sublinharam o Sindicato Democrático dos Professores e as outras instituições empenhadas em melhorar o nível cultural dos negros sul-africanos.

A educação dos negros foi alvo de muitos protestos durante as quatro décadas em que esteve em vigor o apartheid, pois que havia queixas de que era de nível muito inferior à dos brancos, contando com muito menos verbas e com instalações inferiores.

Só cerca de 38 por cento dos jovens negros passaram nos exames em 1992, face a 96 por cento dos brancos, havendo agora apelos para que os profes-

sores aumentem o número de aulas em cada dia e leccionem inclusive aos fins de semana.

Durante os anos do apartheid, o Estado gastava 10 vezes mais com a educação dos brancos do que com a dos negros, que era deixada para um plano bastante secundário. O diferencial diminuiu um pouco ultimamente, mas mesmo assim a diferença ainda continuou a ser de quatro para um.

O ensino tem vindo a sofrer este ano com as vicissitudes da campanha eleitoral e com as festas da vitória por parte da maioria negra, mas agora professores e alunos entendem que é mesmo tempo de acabar de vez com todos os obstáculos e de mergulhar a fundo nos livros, para que os jovens sul-africanos possam vir a ser alguém, na nova sociedade que ora desponta.

A fim de criar postos de trabalho para dois milhões e meio de desempregados, construir

pelo menos dois milhões de novos fogos e muitas, muitas escolas, a África do Sul precisa receber do estrangeiro o auxílio de muitos milhões de dólares.

Tendo até em conta que o próprio Congresso Nacional Africano dizia que era preciso tratar primeiro de acabar com a segregação racial e só depois encarar mais a sério a instrução dos negros, agora é a altura de lançar ombros à ciclópica tarefa de alfabetizar todo um povo e de dar à maioria dos cidadãos uma formação profissional que os ajude a melhor aproveitar as enormes riquezas do país.

Para isso, julga-se que seria necessário que o crescimento do Produto Nacional Bruto se processasse durante os próximos tempos ao ritmo anual de cinco por cento, mas uma perspectiva mais realista não considera fácil ir acima dos três por cento. ■

Já cheira a eleições

PÚBLICO, 18.5.94

José Pinto de Sá,
em Maputo

A cinco meses da data prevista para o escrutínio, Moçambique já vive em clima pré-eleitoral. A Frelimo e a Renamo imprimem cartazes, desdobram-se em comícios e enviam os seus candidatos "para o mato" em busca do voto rural, a grande incógnita desta consulta.

O presidente Joaquim Chissano iniciou na segunda-feira uma visita a Nam-pula, no prosseguimento da digressão nacional iniciada a 11 de Abril, contemplando cinco províncias. Embora apresentada como uma visita de trabalho da Presidência da República, a viagem de Chissano foi desde logo alvo de críticas da oposição, que a considera como pré-campanha partidária paga pelo Estado.

Na sua Gaza natal, por onde começou, Chissano privilegiou o contacto directo, falou em tsonga e granjeou um caloroso acolhimento. Ao contrário, em Sofala, a província de origem de Dlakhama, Chissano foi confrontado por vivas críticas. Reunidos com o Presidente, os empresários locais afirmaram-se descontentes com a política económica do Governo. Durante o comício a que presidiu no dia 29 na Beira, vozes e disticos adversos levantaram-se contra o dirigente da Frelimo.

No comício em Tete, dias depois, as dificuldades de comunicação foram de índole mais ligeira. Quando Chissano apresentava à população os membros da sua numerosa delegação, e chegava a vez do ministro da Indústria e Energia, o intérprete não se atrapalhou na tradução para nyungwé. Chamou-lhe simplesmente "o que acende e apaga a luz lá nas fábricas", desencadeando uma sonora gargalhada geral entre os seis mil presentes.

O líder da Renamo, por sua vez, também já iniciou um intenso programa de preparação para o combate eleitoral de 28 e 29 de Outubro. Há três semanas atrás,

Afonso Dlakhama dirigiu o congresso extraordinário da Renamo que teve lugar na sua base central em Maringwé. "Já não somos um movimento armado", reiterou Dlakhama aos 400 participantes. "Somos um partido político como outro qualquer."

A perdez e as flechas

Durante o "congresso da viagem", a Renamo decidiu desmantelar integralmente as suas forças armadas, repetiu intenções reconciliatórias e indicou Dlakhama como candidato.

Na ocasião, foram apresentados os novos símbolos do partido Renamo, "politicamente correctos" à luz do processo de paz. A bandeira exhibe agora algumas alterações, fruto do trabalho de publicistas portugueses na assessoria da campanha da Renamo. As três flechas, dirigidas para baixo na anterior versão do estandarte, passam a apontar em frente, encimadas por uma cabeça de perdez. "É uma ave que gosta da sua liberdade", explicou o próprio Dlakhama. "Se você a captura e mete numa gaiola, prefere matar-se a viver na prisão."

No próximo dia 5 de Junho, o líder da Renamo desloca-se a Washington em busca de melhores relações com os EUA, cujas anteriores administrações sempre se mostraram mais favoráveis à Frelimo do que à Renamo. Segundo o semanário "Domingo", citando "fontes ligadas à Renamo", o partido pagou 60 mil dólares ao "lobbyista" John Sass para apoiar a organização da viagem. Nos EUA, Afonso Dlakhama tentará também mobilizar recursos financeiros para a campanha eleitoral que se avizinha.

No sábado, o chefe da Comissão Nacional de Eleições (CNE) a estabelecer com urgência os parâmetros para a distribuição do "trust fund" da ONU destinado a financiar a estruturação dos novos partidos e suas campanhas eleitorais. O fundo, cuja atribuição ocorre após meses de atraso, será gerido pela ONU, segundo critérios e calendários estabelecidos pela CNE.

Prestes a receber o fundo, os pequenos partidos da oposição não armada podem estar igual-

Continua na pág. 14

Continuação da pág. 12

PAIGC joga na maioria absoluta

terrível", cheio de chuvas torrenciais, que alagam muitas terras e chegam a fechar o espaço aéreo.

Recios de imobilismo

Augusto Mendes Pereira, um dos vice-presidentes da FDS, considerou que um eventual triunfo eleitoral do PAIGC, em que não acredita, significaria "o imobilismo, quando aquilo que o país necessita é de mudança, feita por quadros com provas dadas".

No seu entender, o conjunto de seis partidos congregados na UM tem potencialidades para arrancar mais de um terço dos deputados e para levar a uma segunda volta, com hipóteses de vitória, o candidato muçulmano ecológico às presidenciais, Buhacar Djaló. Só não sabe se o adversário será então "Nino" ou outro dos quatro homens que também sonham com a Presidência da República: Carlos Domingos Gomes, o popular empresário "Ca-

dogo", apoiado pelo Partido da Convergência Democrática (PCD); Kumba Lalá, do Partido da Renovação Social (PRS); Domingos Fernandes Gomes, do Movimento Bafatá; e Victor Saúde Maria, do Partido Unido Social Democrata (PUSD).

Está-se, assim, na recta final de um processo bastante moroso de democratização e abertura ao pluralismo da primeira das antigas colónias portuguesas na África a alcançar a independência,

mercê de uma luta travada por homens como Amílcar Cabral, Rafael Barbosa, Aristides Pereira, Luís Cabral e João Bernardo Vieira.

Foi durante o primeiro trimestre de 1991 que o PAIGC aceitou, com relutância, o princípio de uma prática multipartidária, na altura em que Cabo Verde e São Tomé e Príncipe já tinham as suas primeiras eleições livres, pelas quais escolhiam novos presidentes e novos governos. ■

Sete listas candidatas

SÃO SETE as prováveis listas candidatas às eleições de 3 de Julho para a Assembleia da Guiné-Bissau: União para a Mudança (UM, constituída por seis partidos), Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), Movimento Bafatá, Partido da Convergência Democrática (PCD), Partido da Renovação Social (PRS), Partido Unido Social Democrata (PUSD) e Frente da Libertação e Independência da Guiné (FLING).

Quanto às presidenciais, para as quais é possível uma segunda volta, se ninguém conseguir um mínimo de 50 por cento dos votos no dia 3 de Julho, perfilam-se seis candidaturas: Buhacar Djaló, líder da Liga Guineense de Protecção Ecológica, apoiado pela coligação UM; João Bernardo Vieira, "Nino", pelo PAIGC; Domingos Fernandes Gomes, pelo Movimento Bafatá; Carlos Domingos Gomes, pelo Partido da Convergência Democrática; Kumba Lalá, pelo

PRS; e Victor Saúde Maria, pelo PUSD.

Os eleitores são 404.521, distribuídos por 27 círculos, seis dos quais no chamado sector autónomo de Bissau, a área da capital, que só por si vai escolher um quinto dos 100 deputados.

Quanto às candidaturas, ainda são possíveis de alguns ajustamentos até ao fim deste mês, já que por mais de uma vez se fizeram e desfizeram alianças entre as diferentes forças da oposição a "Nino" Vieira e ao PAIGC. ■

A paz continua longe

Chola Chimbanu*
em Lusaca

As conversações de paz para acabar com quase duas décadas de guerra civil entre o Governo de Angola e os rebeldes da UNITA estão a cair num impasse, sem que as partes encontrem uma solução duradoura, afirmam fontes diplomáticas em Lusaca.

As negociações que desde há mais de seis meses decorrem na capital da Zâmbia têm-se traduzido em progressos insignificantes quanto ao assunto principal, a participação da UNITA na futura administração do país.

Isto, e um aumento de actividade de ambos os lados na frente de batalha, tem bloqueado o epílogo de uma das guerras civis mais sangrentas de África, que se tem arrastado quase continuamente desde a independência, em 1975, e já provocou dezenas de milhares de vítimas.

"Estas conversações estagnaram e precisam de um qualquer incentivo, se é que se quer algum progresso. Ambos os lados precisam de reexaminar as suas posições", afirma

um diplomata africano. "Há necessidade de maior flexibilidade no interesse da reconciliação nacional, e isso sempre faltou em Angola."

Analistas políticos dizem que também é necessária flexibilidade por parte do próprio negociador-chefe, o enviado da ONU, Alioune Blondin Beye, que continua a insistir na não assinatura de nenhum cessar-fogo enquanto não se chegar a um compromisso sobre todos os tópicos políticos.

"Esta estratégia já provou ser desastrosa, porque tem havido guerra civil continuada no interior de Angola", diz um observador político local, não comprometido com nenhuma das partes. "Talvez seja chegada a altura de a mediação encarar a possibilidade de juntar os dois lados na assinatura de um cessar-fogo e depois continuar com a reconciliação nacional."

[Num contra-ponto às opiniões pessimistas dos diplomatas contactados pela agência Reuter, o brigadeiro Jack Mubanga, secretário zambiano da Defesa, dizia ontem a um jornal de Lusaca que será brevemente assinado um acordo, estando as negociações perto do fim.

Segundo ele, as Nações Unidas pediram ao Governo zambiano que envie tropas para Angola, para ajudar no processo de aplicação de um even-

tual acordo. "Se nos pediram para preparar tropas com urgência para operações em Angola, presumo que estamos no limiar da paz para aquele país", disse.]

O porta-voz da UNITA e negociador Jorge Valentim afirma que o problema agora está nos soldados, que querem continuar a lutar.

"Foi realmente um erro não termos assinado um cessar-fogo, quando conseguimos chegar a acordo quanto aos princípios militares. Agora, estamos a discutir os últimos pontos cruciais, mas os soldados sentem lá na frente, que querem lutar a última batalha", admite. "Estamos num momento verdadeiramente crucial e precisamos de um ambiente muito calmo, mas o que está a acontecer em Angola é a guerra, sem abrandamento."

Os dois lados concordaram no tocante a matéria militar e legal logo em Dezembro e perfilham a ideia da formação de uma nova polícia, onde a UNITA participaria. Também concordaram no princípio da realização de uma segunda volta das eleições presidenciais, desde que uma condição prévia, a paz, seja alcançada.

Os observadores dizem que há a necessidade de um contacto directo entre o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e o líder

da UNITA, Jonas Savimbi, para apressar um acordo. Mas isso foi considerado impossível por Dos Santos, quando na semana passada disse aos jornalistas em Joanesburgo que o cessar-fogo terá que ser obtido entre os negociadores, antes que uma cimeira possa ter lugar. O Presidente angolano também se interrogou sobre as intenções da UNITA em querer acabar com a guerra. "A UNITA é muito imprevisível", disse então.

Diplomatas ocidentais próximos das conversações duvidam que qualquer dos lados tenha a vontade política para negociar o fim da guerra. "As conversações, de momento, não vão a nenhum lado, tal como estão", disse um diplomata bem colocado. "A desconfiança e o ódio continuam a ser muito profundos."

Os negociadores da UNITA, que exigem mais lugares no governo e um estatuto garantido para Savimbi, dizem estar contentes com a nova agenda, que considerará algumas questões não levantadas antes sobre um papel futuro na administração do país.

O Governo já ofereceu aos rebeldes quatro cargos de ministro e seis de vice-ministro, três de governadores e cinco de vice-governadores de província, bem como outras posições no poder local. Mas a UNITA não aceita alguns deles, dizendo que não lhes dão o poder suficiente em áreas regionais e nacionais cruciais. ■ *Reuter

Continuação da pág. 13

Já cheira a eleições

mente perto de encontrar o seu candidato unitário à Presidência da República. Anunciando a sua candidatura como independente, o advogado Carlos Jeque propôs-se representar os "não armados" na corrida ao Palácio da Ponta Vermelha.

Carlos Jeque, de 41 anos de idade, licenciado em Direito em Lisboa, ocupou até Janeiro a vice-presidência da Frente Unida de Moçambique (FUMO), uma das mais importantes formações não armadas. Exonerado por Domingos Arouca, presidente e candidato do partido às presidenciais, Jeque abandonou a FUMO e anunciou, há duas semanas, a sua candidatura como independente, "para dar alternativas".

Sorridente e dinâmico, Jeque pretende incarnar a "força e vitalidade da juventude" e promete "demonstrar que a época dos dinossauros está a passar".

Para ele, Chissano "deixou confundir liberdade com libertinagem", Diakhama tem "sede de mandar e espírito de vingança" e Arouca "parou no tempo".

Embora a maioria dos "não armados" considere ainda prematuro fazer declarações definitivas sobre eventuais alianças, a União Nacional Moçambicana (Unamo) e a Frente de Acção Patriótica (FAP) deram de imediato respostas positivas à proposta.

Notícias de Nova Iorque indicam que o Conselho de Segurança da ONU adoptou na quinta-feira uma resolução prorrogando por mais seis meses, até 15 de Novembro, o mandato da Onumoz, reduzindo contudo para um terço o número de capacetes azuis. Nesse contexto, a companhia de transmissões portuguesa que integra a operação vai mandar de volta para casa 128 dos seus 278 homens, ainda este mês. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gióelia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembleia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual (em dólar comercial): Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 - WE ASK FOR EXCHANGE.

I M P R E S S O